

## **ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A)/AGENTE DE CONTRATAÇÃO**

**ÓRGÃO:** Município de Nova Esperança do Sudoeste, Estado do Paraná

**PREGÃO ELETRÔNICO** nº 18/2026

**PROCESSO LICITATÓRIO** nº 50/2026

**RECORRENTE:** MASCATE PERCUSSÃO - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA - CNPJ nº 57.733.201/0001-15

### **RECURSO ADMINISTRATIVO**

#### **DESCCLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTAS INCOMPATÍVEIS COM O EDITAL**

Mascate Percussão - Indústria e Comércio de Instrumentos Musicais Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 57.733.201/0001-15, estabelecida na Rua Conselheiro Laurindo, 600, Sl 1301, Andar 13, Cond Capital Torre, Centro, Curitiba - PR, CEP 80060-100, por seu representante legal Leonardo Magno Sampaio, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF sob o nº 049.539.459-99, vem, respeitosamente, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, no edital do certame e nos princípios aplicáveis às contratações públicas, interpor o presente **RECURSO ADMINISTRATIVO** em face da classificação das propostas apresentadas pelas empresas:

- **MVB Music**
- **Franca Center**
- **L E Sousa**
- **SC Comercial**
- **Claudinei Tonietti**
- **C. C. Wei**

pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

#### **I – DA TEMPESTIVIDADE**

O presente recurso é tempestivo, uma vez interposto dentro do prazo previsto no instrumento convocatório e na legislação aplicável.

#### **II – SÍNTESE DOS FATOS**

Ao analisar as propostas e documentos apresentados pelas empresas classificadas à frente da Recorrente, verificou-se que diversos licitantes ofertaram produtos incompatíveis com as especificações mínimas exigidas no edital.

As irregularidades identificadas não decorrem de meros erros formais ou falhas sanáveis, mas sim de incompatibilidades materiais dos produtos originalmente ofertados, circunstância que impede a manutenção da classificação das respectivas propostas.

Importante destacar que tais desconformidades já se encontram demonstradas na documentação originalmente apresentada pelos próprios licitantes, especialmente nas propostas iniciais (eletrônicas). Dessa forma, eventual tentativa posterior de correção implicaria verdadeira substituição material do objeto ofertado, hipótese vedada pela legislação e pelos princípios que regem o procedimento licitatório.

Além disso, a análise imediata e conjunta das irregularidades já demonstradas atende aos princípios da eficiência, economicidade, celeridade processual e julgamento objetivo, evitando sucessivas convocações de licitantes manifestamente incompatíveis com o edital e a consequente multiplicação desnecessária de fases recursais.

### **III – DO DEVER DE OBSERVÂNCIA À VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO**

O edital constitui a lei interna da licitação, vinculando tanto os licitantes quanto a Administração Pública. Assim, somente podem ser aceitas propostas integralmente compatíveis com as especificações técnicas exigidas no instrumento convocatório.

A Administração possui o dever de promover julgamento objetivo das propostas, observando rigorosamente os critérios previamente estabelecidos no edital, sob pena de afronta aos princípios da isonomia, legalidade e competitividade.

Não se mostra juridicamente admissível a manutenção da classificação de licitantes que ofertaram produtos em desconformidade com as exigências mínimas estabelecidas, ainda que em suas propostas iniciais, uma vez que a estas ficam vinculadas, sendo factível a análise e desclassificação imediata dos licitantes que apresentaram propostas incompatíveis com as exigências editalícias.

### **IV – DA IMPOSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO MATERIAL DA PROPOSTA**

As inconsistências verificadas nos produtos ofertados pelos licitantes recorridos, supracitados, não configuram meros vícios formais ou falhas documentais sanáveis. Ao contrário, tratam-se de incompatibilidades substanciais do próprio objeto ofertado.

Dessa forma, eventual “correção” demandaria substituição de marca, substituição de modelo, alteração de características técnicas, modificação do fabricante, inclusão posterior de especificação inexistente e apresentação de produto diverso do originalmente ofertado. Tais hipóteses configuram alteração substancial da proposta e violam a vinculação ao instrumento convocatório, a isonomia entre os licitantes, o julgamento objetivo, a segurança jurídica e a competitividade do certame.

**O saneamento previsto na legislação possui alcance restrito a falhas meramente formais, não podendo ser utilizado como mecanismo de reformulação da proposta originalmente apresentada.**

Permitir a substituição posterior do produto ofertado implicaria admitir que o licitante participasse do certame com proposta artificialmente mais competitiva mediante oferta inicial incompatível com o edital, em prejuízo aos demais participantes que observaram corretamente as exigências editalícias desde o início da disputa.

### **V – DA NECESSIDADE DE ANÁLISE CONJUNTA DAS PROPOSTAS INCOMPATÍVEIS**

Verifica-se que as desconformidades não se limitam ao atual primeiro colocado, mas alcançam também licitantes subsequentes já classificados no certame. Nesse contexto, mostra-se plenamente possível e recomendável que a Administração realize desde logo a análise conjunta das irregularidades já demonstradas documentalmente, sobretudo em razão do princípio da eficiência da administração pública.

**A Administração não se encontra limitada à análise isolada do licitante momentaneamente convocado, especialmente quando as incompatibilidades dos demais classificados já se encontram objetivamente comprovadas nos autos.**

A apreciação integral das propostas irregulares, como já mencionado, prestigia os princípios da eficiência e celeridade, evita retrabalho administrativo, reduz sucessivas fases recursais, assegura maior segurança jurídica ao procedimento e impede prolongamento indevido do certame.

Ademais, a continuidade da convocação sucessiva de licitantes manifestamente incompatíveis com o edital transfere à Administração ônus operacional desnecessário, comprometendo a efetividade e economicidade do procedimento licitatório.

## VI – DAS INCOMPATIBILIDADES TÉCNICAS IDENTIFICADAS

### 1. Item 13 – Bombo personalizado

**Empresas em desconformidade:** MVB Music, Franca Center, L E Sousa, SC Comercial e Claudinei Tonietti.

#### **Incompatibilidades identificadas e fundamentação técnica:**

A empresa **MVB Music** não ofertou o bombo devidamente personalizado, conforme expressamente exigido no edital, limitando-se à oferta do instrumento desacompanhado da personalização obrigatória.

A empresa **Franca Center** não ofertou o instrumento devidamente personalizado, limitando-se ao fornecimento do instrumento simples. Ademais, embora tenha indicado a marca “Luen”, ofertou modelo Batuka 6002018, o qual não atende às especificações técnicas exigidas no edital, especialmente quanto ao material de fabricação do corpo do instrumento. O edital exige corpo em alumínio, ao passo que o modelo ofertado é produzido em “alumisteel”, denominação comercial atribuída a liga metálica à base de zinco, semelhante à utilizada em calhas.

A empresa **L E Sousa** não ofertou o instrumento devidamente personalizado, limitando-se ao fornecimento do instrumento simples. Além disso, deixou de informar o modelo do produto ofertado, impossibilitando a correta vinculação e verificação objetiva da compatibilidade técnica com as exigências editalícias.

A empresa **SC Comercial** não ofertou o bombo devidamente personalizado, conforme exigido expressamente no edital, apresentando apenas o instrumento simples. Além disso, deixou de informar o modelo do produto ofertado, impossibilitando a correta vinculação técnica e a adequada verificação de conformidade com as especificações editalícias.

A empresa **Claudinei Tonietti** não ofertou o instrumento devidamente personalizado, limitando-se à apresentação do instrumento simples. Ademais, deixou de informar o modelo do produto ofertado, impedindo a correta vinculação técnica do item.

#### **Consequência jurídica:**

As incompatibilidades identificadas demonstram **descumprimento material** das especificações técnicas previstas no edital, sendo inviável eventual regularização mediante complementação, substituição de modelo, inclusão posterior de personalização ou qualquer outra alteração substancial da proposta originalmente apresentada.

### 2. Item 15 – Tarol

**Empresas em desconformidade:** MVB Music, Franca Center, L E Sousa, Claudinei Tonietti e C. C. Wei.

#### **Incompatibilidades identificadas e fundamentação técnica:**

A empresa **MVB Music** deixou de ofertar caixa de repique devidamente personalizada, apresentando apenas o instrumento simples, em desconformidade com as exigências editalícias.

A empresa **Franca Center** ofertou caixa Batuka, vinculada ao modelo 60021, que não atende às exigências editalícias. Além da desconformidade relativa ao material do corpo do instrumento, produzido em “alumisteel” em vez de alumínio, o modelo ofertado possui esteira com apenas 6 fios, enquanto o edital exige esteira com 24 fios. Verifica-se ainda que a esteira é fixada por fio de nylon, em desacordo com a exigência de fixação mediante fita.

A empresa **L E Sousa** não ofertou caixa de repique devidamente personalizada, bem como deixou de informar o modelo do produto ofertado, inviabilizando a adequada análise técnica e a vinculação objetiva do item às especificações exigidas no edital.

A empresa **Claudinei Tonietti** igualmente não ofertou caixa de repique devidamente personalizada e deixou de informar o modelo do produto ofertado, inviabilizando a adequada verificação de compatibilidade técnica com o edital.

A empresa **C. C. Wei** ofertou o modelo 423als para atendimento ao Item 15 – Tarol. Todavia, referido modelo corresponde a um bombo, e não a uma caixa de repique, conforme expressamente exigido no edital.

**Consequência jurídica:**

As incompatibilidades identificadas configuram **descumprimento material** das especificações técnicas editalícias, sendo juridicamente inadmissível eventual substituição posterior dos produtos ofertados, complementação técnica ou modificação substancial das propostas originalmente apresentadas.

**3. Item 17 – Talabarte**

**Empresas em desconformidade:** MVB Music e Claudinei Tonietti.

**Incompatibilidades identificadas e fundamentação técnica:**

A empresa **MVB Music** ofertou talabarte simples, sem a personalização expressamente requerida no instrumento convocatório.

A empresa **Claudinei Tonietti** ofertou talabarte simples, sem a personalização expressamente exigida no edital.

**Consequência jurídica:**

As irregularidades verificadas demonstram descumprimento direto das especificações técnicas estabelecidas no instrumento convocatório, sendo inviável a regularização posterior sem alteração substancial da proposta originalmente apresentada.

**4. Item 19 – Baqueta para Surdo**

**Empresa em desconformidade:** Claudinei Tonietti.

**Incompatibilidade identificada e fundamentação técnica:**

A empresa Claudinei Tonietti ofertou baqueta simples, sem a personalização requerida pelo edital.

**Consequência jurídica:**

A incompatibilidade identificada configura descumprimento material das exigências editalícias, sendo inadmissível eventual complementação posterior da proposta.

**5. Item 20 – Baqueta para Bombo**

**Empresa em desconformidade:** Claudinei Tonietti.

**Incompatibilidade identificada e fundamentação técnica:**

A empresa Claudinei Tonietti ofertou baqueta simples, desacompanhada da personalização obrigatória prevista nas especificações técnicas do edital.

**Consequência jurídica:**

A irregularidade identificada não possui natureza meramente formal, sendo inviável sua correção sem modificação substancial da proposta originalmente apresentada.

**VII – DO PREJUÍZO AO JULGAMENTO OBJETIVO E À ISONOMIA**

A manutenção da classificação de propostas incompatíveis compromete diretamente o julgamento objetivo do certame. Isso porque os licitantes recorridos passaram a disputar o procedimento mediante oferta de produtos que não atendem às especificações mínimas, possuem custo inferior justamente em razão da incompatibilidade e geram vantagem competitiva indevida perante os demais participantes.

Admitir posterior substituição dos produtos originalmente ofertados equivaleria a permitir reformulação da proposta após a fase competitiva, em manifesta afronta à isonomia entre os licitantes.

Tal situação beneficia indevidamente empresas que deixam de observar corretamente as exigências editalícias desde o início do certame, em prejuízo dos participantes que formularam suas propostas de forma integralmente aderente ao edital.

#### **VIII – DO RISCO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

A manutenção das propostas recorridas implica risco concreto à Administração Pública, uma vez que poderá resultar na aquisição de produtos em desconformidade com o edital, em dificuldades de fiscalização contratual, em insegurança na execução, em futuros conflitos contratuais, em potencial prejuízo ao erário e na demora exacerbada para conclusão do certame.

Além disso, eventual aceitação de substituição posterior dos produtos ofertados poderá gerar questionamentos quanto à regularidade do julgamento, comprometendo a segurança jurídica e a lisura do procedimento licitatório.

#### **IX – DOS PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS VIOLADOS**

A manutenção das propostas recorridas **afronta** diretamente **os princípios da legalidade, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo**, na medida em que admite propostas em desconformidade com as exigências técnicas expressamente previstas no edital, afastando os critérios previamente estabelecidos para análise e classificação das licitantes.

Tal conduta também viola os princípios da **isonomia** e da **competitividade**, pois coloca em situação de desigualdade os licitantes que atenderam integralmente às exigências editalícias, além de comprometer a lisura e a confiança no certame. Ademais, a aceitação de propostas incompatíveis com o instrumento convocatório ofende os princípios da **eficiência**, da **segurança jurídica** e da **seleção da proposta mais vantajosa**, uma vez que expõe a Administração ao risco de contratação de produtos inadequados, gera insegurança quanto à observância das regras do procedimento licitatório e afasta a obtenção da proposta efetivamente apta a atender, de forma regular e satisfatória, ao interesse público.

#### **X – DOS PEDIDOS**

Diante de todo o exposto, requer:

1. o conhecimento e provimento do presente recurso administrativo;
2. a desclassificação das propostas apresentadas pelas empresas MVB Music, Franca Center, L E Sousa, SC Comercial, Claudinei Tonietti e C. C. Wei, em razão das incompatibilidades técnicas objetivamente demonstradas neste recurso;
3. o reconhecimento de que eventual substituição posterior dos produtos ofertados configuraria alteração substancial da proposta originalmente apresentada;
4. que a Administração realize análise conjunta das irregularidades já apontadas, em observância aos princípios da eficiência, economicidade, celeridade processual e julgamento objetivo;
5. a estrita observância das especificações técnicas estabelecidas no edital e da vinculação ao instrumento convocatório;
6. o regular prosseguimento do certame apenas com propostas efetivamente compatíveis com as exigências editalícias.

Termos em que,  
Pede deferimento.

Curitiba/PR, 25 de maio de 2026.

---

Leonardo Magno Sampaio  
Sócio Administrador  
CPF 049.539.459-99